



CONGRESSO

Bolsonaristas listam aliados que votam com o governo, mas levantamento atinge parlamentares do próprio PL

Oposição expõe “conservadores infiéis”

» EVANDRO ÉBOLI

A oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva na Câmara dos Deputados tem enfrentado resistência até mesmo entre o seu grupo. Boa parte dos deputados da direita, conservadores e patriotas, ignora que apoiaram Jair Bolsonaro no passado e, nas votações da Casa, tem seguido a orientação do governo.

Esses opositores têm tentado de tudo para conter a debandada. Promoveram obstruções e suspensões de sessões, mas nem todos acompanharam. Primeiro, alertaram os “conservadores infiéis”, com ameaças de excluí-los dos grupos de WhatsApp de direita e, agora, decidiram expô-los publicamente, listando na internet como vota cada um deles, se a favor ou contra o governo.

Essa ação de perseguição aos “dissidentes” envolve a elaboração de um quadro batizado de “placar do Congresso, políticos monitorados”, no qual a oposição revela como cada um desses deputados se comportou nas 73 votações que tiveram orientação do governo na matéria, se para votar a favor ou contra.

“Vamos mostrar para a sociedade quem são os parlamentares que se vendem como conservadores e de direita e, na verdade, votam com o governo, sempre interessados em cargo”, disse o deputado Maurício Marcon (PL-RS), vice-líder da oposição na Câmara, e responsável pelo levantamento.

Mas esse estudo pode também ser um tiro no pé e revelar surpresas, mostrando que não apenas os partidos que apoiaram Bolsonaro estão hoje com Lula, casos do PP e do Republicanos, que têm até ministros na Esplanada, como deputados do próprio PL estão longe de ser tão fiéis assim à oposição.

Pelo menos sete deputados do PL são classificados na relação como “governistas”. Casos,

Evandro Eboli/CB/DA.Press



Foram levadas em conta 73 votações de projetos em plenário, que receberam orientações a favor e contra do governo e da oposição

por exemplo, de João Carlos Bacelar (BA) que, das 46 votações das quais participou, dessas 73, em 41 delas votou de acordo com a orientação do governo. Josimar Maranhãozinho (MA) fechou com o Planalto em 33 das 43 sessões que participou. Outro caso é de Mateus Noronha (CE), que participou de 44 votações e, em 23, seguiu a orientação da liderança do governo.

O deputado Tiririca (SP) está entre os mais governistas do PL. Ele participou de 58 sessões

e votou 53 vezes de acordo com o desejo do governo Lula. Um alinhamento com o Planalto de 90%. É classificado como um deputado do “governo”.

Alinhamento

Se o critério para medir fidelidade a oposição for esse, nem o líder do PL, Altineu Côrtes (RJ), escapa. Pelo levantamento de seu correligionário, ele é ausente nas votações. Ele não esteve presente em 67% das sessões.

Das 73, compareceu em apenas 24, votando em todas alinhado com a oposição.

Por partido, e considerando percentuais, o Novo lidera no quesito “alinhamento com oposição” ao governo Lula, com 91,7% de adesão a essa posição. Importante considerar que a legenda tem apenas três deputados. O PL, naturalmente, aparece em segundo, com uma taxa de 86,9%.

O levantamento chega a contabilizar os votos numéricos. No

PL, nas 73 votações com orientações no painel do plenário, os 98 deputados do partido de Jair Bolsonaro despejaram 5.282 votos contra o governo e 775 a favor.

Na outra ponta, o PT entregou ao governo um nível de alinhamento de 99,2%. Foram 4.435 votos “sim” dos 68 petistas aos projetos de interesse de Lula, contra apenas 35 contrários, ou seja, 0,8%.

Na base governista, depois do PT, as legendas mais fiéis aos projetos de interesse do Planalto são,

pela ordem, o PCdoB (99,1%), o PV (97,2%), o PDT (94,2%) e o PSB (92,5%).

Matemática

Dois partidos que viraram governistas durante essa terceira gestão de Lula, o Republicanos e o PP — que ganharam ministérios recentemente —, também há pouco tempo deram uma guinada pró-Planalto.

A bancada do PP, de 49 deputados e partido que emplacou André Fufuca (MA) no Ministério dos Esportes, tem uma taxa de adesão ao governo de 63,3%. O Republicanos, que indicou com sucesso o deputado Silvío Costa Júnior (PE) para a pasta dos Portos e Aeroportos, está entregando 70% dos votos de seus 41 parlamentares a favor das propostas governistas.

Na conversa com os jornalistas na última sexta, Lula justificou nomear os dois para esses ministérios, e também ter entregado à Caixa ao Centrão. O presidente foi direto: “Eles juntos têm mais de 100 votos, e eu precisava desses votos para continuar governando”, afirmou.

Se for considerar por região, as bancadas federais dos estados do Nordeste são as mais fiéis a Lula. As da Região Sul são as mais afinadas com a oposição. Dos nove estados mais alinhados ao Planalto, oito são nordestinos: Piauí (91%), Bahia (83,4%), Maranhão (83%), Ceará (76%), Paraíba (73,4%), Pernambuco (72,6%), Sergipe (72,8%) e Alagoas (68,5%).

Do outro lado, quatro das cinco bancadas mais conectadas ao bolsonarismo e contrárias ao governo, que votam contra o Planalto, são do Sul e do Centro-Oeste, reductos do ex-presidente. O mais opositorista é o agro de Mato Grosso (29,2% de alinhamento com o governo), seguido de Santa Catarina (33,8%), Rio Grande do Sul (51,5%) e o Distrito Federal (54,6%).

Lira quer aprovar novo ICMS dos combustíveis

» ÁNDREA MALCHER
» LUIZ CARLOS AZEDO

Em razão do Dia de Finados, na próxima quinta-feira, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), suspendeu as votações virtuais e antecipou as sessões da Câmara desta semana, com o objetivo de votar o PLP 136/23, de autoria do governo federal, que aborda a reposição de perdas dos estados e municípios decorrentes das mudanças do ICMS dos combustíveis (LCPs 192/22 e 194/22) feitas no ano passado, durante o governo de Jair Bolsonaro. Se aprovado, o PLP 136/23 consolidará a reforma do imposto interestadual, que passou a ser uniforme em todo o território nacional e a ter alíquota fixa (ad rem) para a gasolina e o etanol anidro (desde junho de 2023), e o diesel e o GLP (desde maio). O projeto tramita em regime de urgência, na Casa Baixa.

O relator do projeto, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), pretende incorporar as cláusulas do acordo firmado no Supremo Tribunal Federal (STF) entre União, estados e municípios, com mediação do ministro Gilmar Mendes na ADPF 984, para repor o caixa das unidades federativas que

perderam receitas em decorrência das LCPs 192/22 e 194/22. O montante a ser pago chega a R\$ 27 bilhões até 2025. Há grande interesse dos prefeitos e partidos na matéria, porque o projeto prevê repasses mensais aos municípios, nos próximos três anos, que somam 25% (R\$ 6,75 bilhões).

A mudança no comando da Caixa Econômica Federal, que era pleiteada pelo Centrão, azeitou as votações na Câmara, após a volta de Lira da viagem à China e à Índia. Os secretários de Fazenda dos estados, que se reúnem no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), se mobilizam às pressas para evitar a modificação do projeto original, porque os prefeitos querem ampliar a cota dos municípios. Com as eleições municipais em 2024 (leia mais na página 3), muitos deputados, que serão candidatos, têm interesse direto nessa alteração. Lira convocou uma reunião de líderes para hoje, na residencial oficial, para aparar as arestas com o relator Zeca Dirceu e pôr a PLP 136/23 na ordem do dia para votação.

Diesel, gás e gasolina

A oposição acusa o governo de colocar um jabuti no projeto,

que possibilitaria aos governadores aumentar as alíquotas. Entretanto, não obteve até agora apoio do Centrão para barrar o projeto, tanto que perdeu a votação do regime de urgência por 305 a 89 votos. O acordo com o STF prevê a revogação de dispositivos da lei 192/22, a legitimação do Confaz como órgão responsável por deliberar sobre o ICMS, e a manutenção da essencialidade do diesel (frete e transporte público), do gás natural e do gás de cozinha (GLP) e energia elétrica. A situação da gasolina não foi alterada.

Os empresários do setor temem abrir uma brecha para o retorno do modelo ad valorem (percentual de imposto sobre o preço médio dos combustíveis), porque o acordo não fala claramente na adoção de uma alíquota fixa. Segundo o Instituto Combustível Legal (ICL), os estados voltariam a ter possibilidade legal de escolher por conta própria aquilo que for mais conveniente a cada governo estadual, a depender de variáveis econômicas. Outra polêmica é sobre o risco de fraudes tributárias no mercado de combustíveis, facilitadas pela cobrança no primeiro elo da cadeia e com um valor fixo por quantidade, bases do modelo monofásico ad rem.

Marina Ramos / Câmara dos Deputados



Finados: presidente da Câmara suspendeu as votações virtuais e antecipou as sessões em razão do feriado

Drogas

No Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se reúne hoje, em audiência pública, para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criminaliza porte e posse de drogas. O texto é de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A PEC das

Drogas deverá ser votada no plenário ainda em novembro, após três audiências na CCJ. A ideia é se antecipar à qualquer decisão do Supremo que possa, na visão dos parlamentares, “legislar” no lugar do Parlamento.

Essa estratégia do Senado vem sendo adotada desde a aprovação do projeto de lei (PL) do marco temporal para demarcação de

terras indígenas, em setembro. O texto foi aprovado pelos senadores dias após o STF considerar a tese inconstitucional. Lula vetou trechos da matéria, porém a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) já antecipou que pretende mobilizar 303 deputados e 50 senadores para derrubar o veto de Lula na sessão do Congresso, em 9 de novembro.